

Guerra antecipa decisão sobre os anistiados

Arma-se verdadeira batalha nos bastidores da Constituinte em torno do dispositivo a ser inserido no capítulo das Disposições Transitórias a respeito da extensão ou não da anistia aos cassados após 64. De um lado, os líderes dos cassados, que desejam ampliar a anistia pleiteando a sua extensão a cabos e marinheiros expulsos e a reintegração e, de outro, os assessores dos ministérios militares que trabalham em sentido contrário, dia e noite, junto aos gabinetes de líderes e constituintes.

Nessa guerra em torno da anistia, que será votada pela Constituinte logo depois da duração do mandato do atual presidente da República, vale todo o poder de articulação das duas partes. "Nós temos saído daqui sempre uma hora depois que terminam as sessões, o que nunca acontece de ser antes das 22 horas", afirma, cansado, um dos assessores parlamentares, preocupados com "a chantagem emocional" que os que defendem a extensão da anistia fazem junto aos constituintes, "usando até a família".

INACEITÁVEL

Os assessores parlamentares dos ministérios militares já conversaram longamente com as lideranças partidárias mais importantes e estão convencidos de que os líderes do PMDB na Constituinte e no Senado, senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, manterão as mesmas posições da votação da anistia na Sistematização, ou seja, contra a sua extensão, sendo inclusive destratados por antigos marinheiros cassados.

Mas não escondem o receio de que os líderes do movimento pela ampliação consigam ganhar votos pelo lado emocional, uma vez que segundo os assessores, estão utilizando até suas famílias nesse trabalho.

Por essa razão os assessores parlamentares dos ministérios militares procuram catequizar o espírito da maioria dos constituintes, e não apenas de suas lideranças, para a tese de que a extensão da anistia, além de representar uma sangria nos cofres da União, combatida pela escassez de recursos, provocaria desajustamentos nas Forças Armadas de consequências difíceis de prever para o futuro do próprio círculo.

Estão circulando na Constituinte centenas de cópias xerox do editorial intitulado "Anistiados — Uma visão realista", publicado pelo boletim "Noticiário do Exército", publicação oficial, o qual termina com uma advertência muito clara: "O bom-senso há de pre-

valer visto que assim o exige a Nação, consciente da vital importância de se manter aberto e seguro o caminho que nos permitirá concluir com êxito estes dois empreendimentos históricos, que são a Carta Constitucional e a transição democrática".

No penúltimo parágrafo do editorial diz-se que "em nome do bom-senso é hora de entender que não seria justo nem recomendável sangrar os cofres públicos e causar perplexidade nas Forças Armadas, expondo-as a inquietações não só indesejáveis, como altamente inoportunas, apenas para atender a uma pequena e sequiosa minoria".

Segundo "quatro-resumo da situação atual dos militares do Exército brasileiro beneficiados pela Emenda Constitucional 25/26/85 — Promoções e Proventos" está dito que foram anistiados 515 cidadãos cassados: 248 oficiais, 250 praças e 17 funcionários civis.

O quadro em questão mostra, ainda, que "a diferença existente entre o total de atingidos (607) para 498 promovidos decorre do fato de que muitos dos anistiados já se encontravam na inatividade quando atingidos pelos AI/AC, não fazendo jus às promoções, e outros por terem falecido, as suas promoções foram transformadas em pensões militares do novo posto adquirido, cabendo aos herdeiros a percepção do benefício (75)".

Mostra-se, no mesmo quadro, que 68 tenente-coronéis unidos após 64 foram promovidos ao posto de coronel. No entanto, de 58 maiores cassados, 55 foram promovidos a coronel e só três a tenente-coronel. Explica-se que se obedece fielmente ao critério da antiguidade, o que significa que os 55 foram promovidos a coronel porque eram da turma mais antiga, enquanto os três restantes foram a tenente-coronel porque eram de turma mais moderna.

O que procuram mostrar os assessores parlamentares dos ministérios militares é que a reincorporação provocaria um desajustamento nas Forças Armadas difícil de ser contido pelos chefes e de consequências portanto, imprevisíveis para o futuro político do País.

Como um capitão com três filhos, que está com a URP congelada e que ouve constantemente, ao voltar de uma marcha de três dias contínuos a mulher reclamar do custo de vida, vai receber a notícia de que os que estiveram fora da tropa mais de 20 anos vão ser promovidos, reintegrados e ainda receber uma verdadeira loteca, algo como 120 milhões de cruzeiros? — dizia um coronel a vários parlamentares.

Ministro não aceita anistia

"É inadmissível a reintegração dos cassados por atos administrativos aos quadros do Ministério da Aeronáutica, pois fere frontalmente a hierarquia e a disciplina, princípios basilares de estrutura militar". Essa é a posição do brigadeiro Octávio Moreira Lima, ministro da Aeronáutica, segundo informou ontem o coronel Asvolsk, chefe do Centro de Comunicação Social, órgão do Gabinete do ministro da Aeronáutica, ao ser questionado sobre a aprovação do projeto de anistia ampla e irrestrita, que tramita na Assembleia Nacional Constituinte, que, entre outras reivindicações, defende o retorno dos anistiados com promoções aos postos imediatos de suas carreiras e recebimento dos atrasados.

O Ministério da Aeronáutica já divulgou, ano passado, um documento que expressa a posição do ministro Octávio Moreira Lima sobre a reintegração às fileiras da Aeronáutica dos cassados por atos administrativos ao longo dos governos militares. O ministro Leonidas Pires Gonçalves (Exército) divulgou, ontem, mensagem à tropa mostrando as inconveniências da reintegração dos cassados à vida militar. Destaca que para o Exército essa reivindicação "é injustificável, inadmissível e desproporcional, e que a anistia já foi dada, de acordo com a emenda constitucional nº 26/85, a qual além de magnânime, estendeu o manto do esquecimento aqueles que cometeram crimes políticos e conexos".

Deputado denuncia racismo de cronista

Poucos dias antes da comemoração dos 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, dois artigos do jornalista Paulo Francis — um publicado a 7 de maio, na Folha de S. Paulo, e outro a 9 de maio, na Tribuna da Imprensa — atingiram duramente a deputada negra Benedita da Silva (PT/RJ). Sem deixar de jogar os demais parlamentares na vala comum dos "energúmenos", Francis ridiculariza a figura de Benedita, porque ela puxou o Hino Nacional após a votação da Ordem Econômica, no plenário da Assembleia. "Por isso o petista gaúcho Paulo Palm, também negro e defensor do movimento de conscientização anti-racista no País, resolveu ir à tribuna, na sessão da Câmara ontem pela manhã, para defender a colega e a própria instituição parlamentar.

Francis, segundo Palm, surge exatamente quando o correspondente internacional afirma que, se estivesse no plenário, em Brasília, "estaria munido de máscara contra gases", porque tem certeza de que "essa gente cheira mal". E criticou mais, o deputado, reclamando porque o Hino Nacional foi chamado de "o virindun".

Após o longo pronunciamento, onde apresentou um perfil da deputada Benedita da Silva, Paulo Palm disse ter feito o discurso até pelo compromisso de defender a Constituinte, segundo ele "profundamente ofendida pelo cronista". Por isso ele providenciou para enviar telex às três empresas às quais Paulo Francis está ligado — Rede Globo, Tribuna da Imprensa e Folha de S. Paulo — reclamando contra "o verdadeiro desrespeito aos direitos humanos, constituindo-se, portanto, em crime".

MAU CHEIRO

A frase mais racista de

OSVALDO BARBOSA



O que valeu, ontem, foi o texto do acordo: todos os destaques caíram

Ulysses volta a apressar votação

Se dependesse do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o plenário teria apreciado na noite de ontem o capítulo relativo à Ciência e Tecnologia do Título da Ordem Social. Ele estava disposto a colocar em votação o texto resultante de acordo, mas as lideranças partidárias concordaram, às 20h30, que o quorum de 305 presentes era um indicativo perigoso e poderia prejudicar a matéria e esta decisão ficou adiada para a sessão que começa às 9h de hoje. Foram aprovados, no entanto, sem qualquer modificação, o texto do capítulo da Educação, Cultura e Desporto, também acertado por líderes de partidos e coordenadores do Centrão. (ver página 5)

Mais de 10 destaques foram apresentados ao texto da educação, mas o plenário resolveu ratificar o acordo das lideranças e não aprovou qualquer alteração. A parte relativa à cultura e ao desporto não foi objeto de emendas, tendo sido aprovada por 303

votos e duas abstenções. Estes dois itens reproduzem quase que integralmente o disposto no projeto da Comissão de Sistematização e no substitutivo do Centrão, que são bastante semelhantes. Fica protegido, pelo Estado, com a colaboração da comunidade, o patrimônio cultural brasileiro e todas as manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e demais grupos participantes do processo civilizatório do País.

A novidade sobre este capítulo é a inclusão do desporto como matéria constitucional. Nesta parte as entidades desportivas ganharam autonomia quanto à sua organização e funcionamento. Outra inovação se refere ao encaminhamento das ações relativas à disciplina e às competições desportivas. Elas não podem mais ser enviadas à Justiça Comum até que se esgotem todas as instâncias da justiça desportiva, que terá o prazo máximo de 60 dias.

Até pinga-fogo foi sacrificado

Acostumados a falarem a vontade, em um pinga-fogo improvisado antes da apreciação de matéria constitucional — o pequeno expediente havia sido informalmente suprimido para que as sessões fossem destinadas apenas à votação — os constituintes ontem foram surpreendidos pela boa disposição e até pressa do presidente Ulysses Guimarães. Ele chegou ao plenário às 15h30, cerca de uma hora antes do horário que, também de maneira informal, se habituou a chegar. O motivo, no entanto, justificou a mudança de hábito:

as lideranças partidárias e o Centrão haviam fechado mais cedo um acordo sobre o capítulo da Educação.

Por causa da antecipação, no entanto, também Ulysses Guimarães teve uma surpresa. Encontrou o plenário vazio, com apenas uma centena de constituintes à espera do início da votação. Ele se deparou ainda com uma pequena fila de oradores em frente a cada microfone de apertados, dispostos a dar continuidade ao pinga-fogo que já chegou a durar quatro horas, durante dois dias em que os acordos sobre a reforma agrária deixaram as lide-

ranças e o próprio Ulysses fora da sessão.

Diante destas duas certezas — um texto de acordo sobre a educação e a ausência de quorum para o início da votação — Ulysses não teve dúvida nem perdeu tempo. Passou imediatamente à verificação de presença, possibilitando a todos os constituintes, que estavam fora do plenário, a chance de chegar para assinalar seus nomes no painel eletrônico. Enquanto isto, falava ao microfone as habituais "palavras de ordem": "Vamos votar. Colaborem não comigo, mas com a Constituinte. Venham..."

Industriais se armam para o segundo turno

Os industriais brasileiros estão se organizando especificamente para retirar do texto da nova Constituição os ganhos sociais aprovados no primeiro turno, a exemplo de Jornada máxima de seis horas de trabalho e ampliação do direito de greve. A intenção dos empresários é apresentar emendas supressivas aos constituintes para que sejam discutidas durante o segundo turno de votação.

Ontem, representantes de vários segmentos da indústria nacional passaram todo o dia reunidos na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, e trataram especificamente da jornada de trabalho e do direito de greve, avaliando as conse-

quências da mudança proposta pela Constituinte sob vários aspectos. Segundo o coordenador de assuntos legislativos da CNI, Ruy Altenfelder, o lema agora é Unidade Empresarial. Ele admite que na votação do primeiro turno, apesar de o presidente da CNI, Albano Franco, ser também constituinte, não houve unidade, como aconteceu com os empresários agrícolas. Ruy Altenfelder disse que pretende ampliar a articulação para envolver também os fazendeiros.

Ontem, especificamente, não se discutiu o prazo de 120 dias para as gestantes. Este assunto, contudo, será debatido na próxima reunião dos empresários, dia

dois de junho. Até lá, segundo Altenfelder, ele receberá, por escrito, sugestões de todas as federações industriais, para que se defina que emendas serão sugeridas aos constituintes.

Nessa fase de votação, somente emendas supressivas poderão ser apresentadas, de acordo com o regimento da Assembleia Nacional Constituinte. Em cada Estado, as federações manterão contatos com as bancadas federais para tratar do mesmo assunto, as emendas supressivas. Mesmo reconhecendo que é muito difícil conseguir 280 votos para a aprovação de uma emenda supressiva, Altenfelder espera que a "unidade empresarial" garanta os votos necessários.

Presidente Prudente (SP). — O novo presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR) Roosevelt Roque dos Santos, vai usar a "sensibilidade" para conscientizar a classe produtora sobre os problemas que afetam o País. O objetivo será uma melhor representação política nas próximas eleições, conforme informou Roosevelt.

Ele criticou a ala progressista dos partidos que está levando o País ao "caos" através de falsas demagogias. Para ele, o que o Brasil precisa não é de reforma agrária, mas de uma reforma de política que defendam a livre iniciativa, a iniciativa privada e principalmente o direito de greve.



Roosevelt

UDR quer representação política

esperamos obter isso começando as eleições municipais — disse Roosevelt Roque.

A movimentação da UDR será a mesma utilizada em 1986 por Ronaldo Caiado, que conseguiu eleger nove deputados federais pelo estado de São Paulo.

Segundo o novo presidente, a UDR promoverá reuniões constantes em diversas cidades do País onde a política e a economia serão os temas discutidos pelos produtores.

Descasar sem limites, é o que quer o povão

O divórcio volta à ordem do dia até a próxima terça-feira, na Assembleia Nacional Constituinte. Hoje, ninguém mais questiona o seu mérito. A discussão agora é outra: limitar ou não o número de divórcios por pessoa no texto da nova Constituição. Os constituintes evangélicos apresentam emendas prevendo um limite. O Centrão está dividido.

Os progressistas acham que as emendas não deverão ser aprovadas e que será mantido o texto da Comissão de Sistematização — sem limites. O deputado

José Genoíno (PT-SP) lembra que a proposta dos evangélicos contradiz outros pontos já aprovados como o que diz que, no Brasil, a sociedade é pluralista.

O CORREIO BRAZILIENSE foi ouvir o povo. Numa amostra de dez entrevistados, apenas uma religiosa, católica, disse ser contra o divórcio mas não aprova o limite já que é legal. Sete dos entrevistados são contra a limitação: "Não é problema do Estado", disse a jornalista Vera Ramos. Apenas três

recomendam um número de divórcio a ser permitido por pessoa. E sugeriram uma, duas e três vezes, respectivamente.

Enquanto o constituinte Matheus Iensen (PMDB/RS) preocupa-se com a situação dos filhos de, no futuro, nem se conhecem, algumas pessoas argumentam que, se os pais foram casados esse perigo não existe.

"Casamento é coisa séria", disse seu Raimundo do alto dos seus 42 anos de casado e 17 filhos. Nenhum dos dez entrevistados discordam.

O QUE PENSA CADA UM



Solange Costa Nunes, 27 anos, secretária.

"Sou a favor do divórcio e a Constituinte não deve limitar. Acredito que quando um relacionamento não dá certo merece outras chances — infinitas. É um direito à liberdade de amar e desamar que deve ser amparado pela lei". Solange é católica, solteira e não tem filhos.



Otalmir Maranhão (Dengue), 38 anos, motorista.

"Sou favorável ao divórcio e sem limites. A vida conjugal depende da compreensão de ambas as partes que devem ser livres para tentar encontrar uma pessoa quantas vezes for preciso. Sou feliz com a minha família mas eles são livres". Dengue é casado há dez anos e tem três filhos.



Judith Alves, 35 anos, advogada.

"Sou a favor do divórcio mas acho que a Constituição deve limitar o número de casamentos. Ou seja, as pessoas só poderiam se divorciar uma única vez. Se liberar, ninguém mais vai procurar acertar. Errar é humano mas insistir no erro...". Judith é solteira e considera-se "ecumênica".



Júlio Gregório Filho, 33 anos, professor.

"Sou a favor do divórcio e acho que a Constituinte não deve limitar, estabelecendo um número por cidadão. Essa é uma decisão que compete ao casal". Gregório é casado há nove anos, tem dois filhos, é católico — não praticante — e trabalha no Governo.



Raimundo Cunha de Almeida, 64 anos, funcionário público.

"Sou a favor do divórcio mas acho que deve ser limitado o número de vezes que a pessoa pode casar-se. A Constituinte deve estabelecer em apenas duas vezes senão vira bagunça e casamento é coisa séria". Raimundo é casado — "bem casado" — há 42 anos, tem 17 filhos e é católico.



Irmã Zélia Patrício, 31 anos, professora.

"Sou contra o divórcio mas considerando que ele existe na legislação não concordo que a Constituinte limite um número por cidadão. Tudo que é limite é provocador. A dialética da vida ocorre graças aos "nãos". Irmã Zélia é religiosa e lecionava num colégio de 1º e 2º graus.



Vera Ramos, 35 anos, jornalista.

"Ninguém se casa para divorciar. A relação conjugal não é fácil, pode resultar numa separação. Ninguém pode ser punido. Não concordo com a posição de alguns constituintes que querem limitar o número de divórcios. Mesmo porque isto não é problema do Estado". Vera é divorciada e tem duas filhas.



Carlos Alberto Torres, 42 anos, professor político.

Sou favorável ao divórcio e acho que não deve ser um direito limitado. Uma união pode ou não dar certo. E isto é previsível! Se houver disposição para recomeçar e perfeitamente lícito, razoável, moral e humano que alguém possa buscar a concretização de uma relação estável".



Antônio Tadeu Ferreira, 31 anos, servidor público.

"Sou favorável ao divórcio mas concordo com o limite em último caso, quando não tem mais jeito. É preciso fazer tudo para que o casamento dê certo. Já que é permitido, discordo de que seja limitado o número de vezes". Tadeu é espírito, casado há dez anos e tem dois filhos.